

PLANO DE ENSINO

Legislação Computacional e Ética

I – Ementa

Legislação aplicada à internet e à computação. Direito Digital. Direito à intimidade. Legislação aplicada aos novos modelos econômicos na realidade digital. Ética profissional. Evolução histórica da ética. A postura ética do profissional de Tecnologia da Informação. Código de Ética Profissional. Mercado de trabalho atual.

II – Objetivos gerais

- Proporcionar aos alunos noções básicas sobre as aplicações dos conceitos de Direito e legislação profissional, seus aspectos e tendências aplicadas aos profissionais da área de Tecnologia da Informação. Conhecimento sobre lei e alguns institutos jurídicos fundamentais, indispensáveis para o exercício profissional do profissional de TI.
- Conscientizar os alunos da importância da ética nas relações profissionais e pessoais, analisando eventuais implicações jurídicas sobre o tema.

III - Objetivos específicos

- Levar os alunos a terem noções sobre a legislação profissional existente em nosso país que impactam os profissionais de Tecnologia da Informação.
- Proporcionar aos alunos o entendimento e a compreensão da aplicação das leis nos modelos de comércio eletrônico, segurança da informação, uso de softwares para fins legais e nos novos modelos econômicos existentes no mundo digital.
- Levar os alunos a se conscientizarem da importância do conhecimento da ética e seus aspectos, sobretudo em sua vida profissional, buscando tornálos profissionais justos e perfeitos.

IV - Competências

Compreender os conceitos de Direito e legislação profissional, seus aspectos e tendências aplicadas aos profissionais da área de Tecnologia da Informação.

V - Conteúdo programático

Noções básicas de legislação profissional

- A legislação profissional aplicada à internet.
- Legislação internacional. Lei Sabanes-Oxley. Exemplos de aplicações.
- Aspectos gerais nos contextos histórico, social e econômico do Brasil.
- Estudos de caso.

Marco Civil da Internet

- Noções sobre a Lei n. 12965/2014.
- Aspectos objetivos e subjetivos.
- Tipificação penal. Exemplos aplicados.

Direito Digital

- Crimes cibernéticos.



- Cyberterrorismo e conflitos digitais.
- Espionagem digital.
- Uso ilícito de softwares. Aspectos legais e tipificação penal.

Direito à intimidade

- O direito à intimidade na internet.
- A Lei n. 12737/12. Noções gerais e aspectos.
- Tipificação.

- Divulgação de notícias falsas (fake news) na internet.
- Contexto histórico e tendências atuais.
- Projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional.

Novos modelos econômicos na realidade digital

- O comércio eletrônico e suas novas aspirações.
- Economia colaborativa e compartilhada no meio digital.
 Smart Contracts. Tecnologias e aplicações.
 FinTechs. Definições e exemplos.

- Criptomoedas e tecnologias de registro distribuídas.
- Aspectos legais e legislação existente. Tendências futuras.

Ética profissional

- A ética para o profissional de Tecnologia da Informação.
- Aspectos históricos. A importância dos grandes filósofos no estudo da ética.
- Ética contemporânea.

Ideais éticos

- Moral, usos e costumes.
- Ética e consciência.
- Vícios e virtudes.

Ética pessoal e profissional

- A ética pessoal do profissional de TI.
- A postura ética profissional do profissional de Tecnologia de Informação.
- Exemplos e estudos de caso.

Código de Ética Profissional

- Noções básicas sobre Código de Ética Profissional. Exemplos.
- Entidades de Classes Federativas e Confederativas do profissional de TI.
 LGPD (Lei Geral da Proteção de Dados) Lei n. 13.709/2018.
- Tendências atuais e futuras.

O profissional de TI

- A evolução histórica da profissão.
- Aspectos legais existentes para o profissional de TI.
- Projetos de lei em discussão e tendências.

Mercado de trabalho

- O mercado de trabalho na atualidade para o profissional de TI.



- Análise de tendências e oportunidades para a classe.
- Estudos de caso e exemplos.

VI – Estratégias de trabalho

A disciplina é ministrada por meio de aulas expositivas, metodologias ativas e diversificadas apoiadas no plano de ensino. O desenvolvimento de conceitos e conteúdos ocorre com o apoio de propostas de leituras de livros e artigos científicos básicos e complementares, exercícios, discussões em fórum e/ou *chats*, sugestões de filmes, vídeos e demais recursos audiovisuais. Com o objetivo de aprofundar e enriquecer o domínio dos conhecimentos e incentivar a pesquisa, o docente pode propor trabalhos individuais ou em grupo, palestras, atividades complementares e práticas em diferentes cenários, que permitam aos alunos assimilarem os conhecimentos essenciais para a sua formação.

VII – Avaliação

A avaliação é um processo desenvolvido durante o período letivo e leva em conta todo o percurso acadêmico do aluno, como segue:

- Acompanhamento de frequência;
- Acompanhamento de nota;
- Desenvolvimento de exercícios e atividades;
- Trabalhos individuais ou em grupo;
- Estudos disciplinares;
- Atividades complementares.

A avaliação presencial completa esse processo. Ela é feita no polo de apoio presencial no qual o aluno está matriculado, seguindo o calendário acadêmico. Estimula-se a autoavaliação por meio da autocorreção de exercícios, questionários e atividades, de modo que o aluno possa acompanhar sua evolução e rendimento escolar, possibilitando, ainda, a oportunidade de melhoria contínua por meio de revisão e *feedback*.

VIII – Bibliografia

Básica

BARBAGALO, E. B. Contratos Eletrônicos. São Paulo: Saraiva, 2001.

BRANCATO, R. T. *Instituições de direito público e de direito privado*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

CAMARGO, M. Fundamentos de ética geral e profissional. Petrópolis: Vozes, 1999.

FIORILO, C. A. P. *Crimes no meio ambiente digital e a sociedade da informação*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

PAESANI, L. M. Direito de Informática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PINHEIRO, P. P. *Direito Digital Aplicado 3.0*. 1. ed. São Paulo: Thomson Reuters, 2018.



SANCHEZ VAZQUEZ, A. Ética. 30. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2008.

VALLS, A. O que é ética. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1986.

VANCIM, A. R. MATIOLI, J. L. *Direito e Internet*. 2. ed. São Paulo: Lemos & Cruz, 2014.

Complementar

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

Lei n. 12.737 de 2012. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/norma/588113#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20tipifica%C3%A7%C3%A3o%20criminal,Penal%3B%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias. Acesso em: 04 nov. 2023.

Lei 12.965 de 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 04 nov. 2023.

MONTEIRO, W. B. Curso de Direito Público e Privado. São Paulo: Saraiva, 1999.

NOVAES, A. Ética. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

PAESANI, L. M. Direito e Internet. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PIETRO, M. S. Z. Direito Administrativo. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

RIOS, T A. Ética e competência. São Paulo: Cortez, 1993.

SOUZA, M. C. Interesses Difusos em Espécie. São Paulo: Saraiva, 2000.

Vade Mecum. 22. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2023.